

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA CAIADA/RN**

Ref. Tomada de Preços 009/2021

Processo Nº. 826.012/2021

Recorrente: Kanova Engenharia e Construções Ltda

KANOVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 11.306.141/0001-53, com sede na AV. Amintas Barros, 3700 - sala 1105 B – CTC Natal/RN – CEP: 59.075-810, representada por seu sócio administrador, ADRIANO DE MEDEIROS IGLÉSIAS, pessoa física, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CREA de nº 210.185.585.2, inscrito no CPF/MF sob nº 011.688.724-99, residente e domiciliado nesta capital na Rua Deputado Antônio Florêncio, 2995, apto. 1005, Ponta Negra, Natal-RN, vem, à ilustre presença de Vossa Senhoria, em obediência ao prazo legal e com fundamento na Constituição Federal, nas Leis de n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e no Decreto n. 5.450/2005, oferecer a presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

frente à decisão que inabilitou a presente recorrente no contexto do julgamento da fase de habilitação da Tomada de Preço 009/2021 – Menor Preço por Empreitada Global, com base nos fatos e fundamentos a seguir deduzidos.

I - DA TEMPESTIVIDADE

01. O Ato Convocatório do presente certame licitatório, em seu item 67., dispõe que:



“67. Dos atos da Administração serão admitidos os seguintes recursos:

67.1. Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

67.1.1. Habilitação ou inabilitação do licitante;”

02. Tendo em mente que o prazo legal, definido no art. 109 da Lei 8.666, estabelece o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso contra os atos da Administração no que tange à inabilitação do licitante, e dada a publicação da lavratura da ata de inabilitação na data de 18/11/2021 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, verifica-se tempestiva a impugnação proposta na presente data.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021

03. A licitação em apreço tem como objeto a Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras/serviços de pavimentação a paralelepípedos pelo método convencional, com drenagem superficial de trecho em via de acesso a comunidade rural Cacimba Nova do município de Serra Caiada/RN, conforme contrato de repasse 906140/2020.

04. No entanto, a recorrente pede *venia* para insurgir-se contra a decisão desta ilustre comissão que, na Fase de Habilitação, declarou, equivocadamente, pela inabilitação desta recorrente pelas razões, transcritas da ata de julgamento, abaixo:

“(análise setor de engenharia) não atendeu ao item 28.4, pois a declaração apresentada não declara que vistoriou os locais. Edital exige que concorrentes apresente declaração que vistoriou os locais e foi anexada declaração que não realizou a vistoria.”

05. De início, cumpre contestar a fundamentação da decisão inabilitatória transcrita acima a qual diz respeito à suposta ausência de apresentação da declaração contida no item 28.4 do Edital, qual seja a:



“Declaração expressa exarada e assinada pelo próprio licitante ou seu responsável técnico de que, devidamente qualificado para esse fim, visitou e vistoriou os locais (as ruas) onde serão realizados os serviços, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução;”

06. Como se conclui, o Edital condiciona a participação das licitantes à comprovação por parte destas da realização de visita técnica ao local onde serão executadas as obras a que se destinam o objeto do presente certame. Assim, tem-se evidente situação em que há um cerceamento injustificado da competitividade no âmbito do certame, haja vista que a própria natureza do objeto licitado não se constitui de complexidade a qual torne imprescindível a visita das licitantes na localidade.

07. É certo afirmar que licitantes que têm experiência comprovada na execução de obras de construção civil têm perfeita capacidade técnica e qualificação necessária para elaborar as suas propostas sem necessariamente realizar a vistoria do local da obra a ser executada, pois trata-se de serviço de natureza comum no âmbito da construção civil de vias públicas.

08. Assim, haja vista a inexistência de justificativa plausível que embase a imprescindibilidade da realização de visita técnica no local, constitui-se flagrante restrição da ampla competitividade do presente certame, o que, por consequência, gera um prejuízo considerável à Administração tendo em vista a impossibilidade de que esta aufera propostas as quais possam ser mais vantajosas.

09. Por conseguinte, a inabilitação da presente Recorrente se constitui de ato de flagrante ilegalidade, uma vez que a justificativa utilizada para essa inabilitação não só carece de fundamento legal, como também representa verdadeira afronta aos princípios constitucionais que norteiam a condução de certames públicos.

10. Nesse sentido, ressalte-se, pois, os seguintes dispositivos legais que conferem guarida ao presente Recurso. Assim, a Lei 8.666/93 disciplina em seu art. 3º que:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para



a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1 É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;" (grifos acrescentados)

11. Nessa linha, tem-se ainda o Decreto 3.555/2000:

"Art. 8º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;" (grifos acrescentados)

12. Ainda, sobre a legalidade dos atos da Administração, cumpre a lição da doutrinadora Marçal Justen Filho:

"É fundamental destacar o pleno cabimento do controle jurisdicional acerca das exigências de qualificação técnica operacional impostas no ato convocatório. Trata-se de restrição ao universo de licitantes, o que somente é constitucional quando for indispensável à segurança da Administração Pública. [...] Logo, a Administração não poderá respaldar



seus atos com a invocação de que a exigência amplia sua segurança. É evidente que o aumento de segurança corresponderia à ampliação das restrições à participação. Essa não é a solução imposta pela Constituição."

13. De ser registrado, também, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o qual possui entendimento pacífico no sentido de que a visita técnica poderá ser substituída por declaração de dispensa da vistoria por parte da licitante a qual tenha conhecimento acerca do objeto licitado, como se vê:

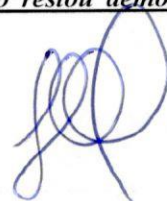
FISCOBRAS 2011. OITIVA DO DNIT E DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS DOS TRÊS LOTES DA BR-280. REVOGAÇÃO DO EDITAL POR INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO. DETERMINAÇÕES CORRETIVAS, EM CASO DE INSTAURAÇÃO DE NOVO CERTAME. COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL. É irregular a exigência de visita obrigatória, com data marcada, ao local da obra, por responsável técnico dos quadros da empresa.

Este Tribunal tem considerado indevida a obrigação de visita prévia ao local das obras, a exemplo dos Acórdão 800/2008-TCU-Plenário e 1.731/2008 – Plenário. O TCU entende que a substituição do atestado de visita por declaração formal assinada pelo responsável técnico de que tem pleno conhecimento das condições e das peculiaridades dos trabalhos, assume total responsabilidade por esse fato e informa que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Administração, atende à Lei n. 8.666/1993.

(TCU – Acórdão 2543/2011– Plenário – Rel. Marcos Bemquerer – Processo n. 000.823/2011-2 – Número do Acórdão 2543 – DOU: Ata 39/2011, Plenário, de 21/09/2011).

REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE CONCORRÊNCIA EM DETRIMENTO DE PREGÃO. DÚVIDA ACERCA DO TIPO DE SERVIÇO. INSUFICIÊNCIA DA JUSTIFICATIVA PARA A OBRIGATORIEDADE DA VISITA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR DECLARAÇÃO DO LICITANTE. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE PARA A ANULAÇÃO DO CERTAME. CARÁTER COMPETITIVO PRESERVADO. DETERMINAÇÃO. RECOMENDAÇÃO. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO. Em caso de exigência de visita técnica, a Administração deve possibilitar a apresentação de declaração do licitante de que possui pleno conhecimento do local da prestação dos serviços a serem contratados. Caso a vistoria do local seja imprescindível, essa obrigação deve ser devidamente fundamentada.

40. Considerando que a exigência de visita técnica como requisito de habilitação, quando não justificada pela natureza do objeto, restringe a competitividade do certame, e tendo em vista que não restou demonstrada a



necessidade de vistoria obrigatória nos presentes autos, propõe-se determinar ao STF que anule a Concorrência 3/2018.

41. Na eventual realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, o STF deve se abster de exigir a visita técnica como requisito de habilitação, admitindo a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

(TCU – Acórdão 2939/2018– Plenário – Rel. José Múcio Monteiro – Processo n. 024.102/2018-0 – Número do Acórdão 2939 – DOU: Ata 50/2018, Plenário, de 12/12/2018).

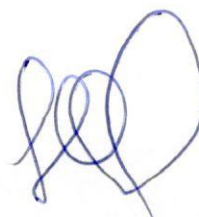
REPRESENTAÇÃO. CONHECIMENTO. PARCIALMENTE PROCEDENTE. CIÊNCIA. COMUNICAÇÕES. ARQUIVAMENTO. A vistoria ao local da prestação dos serviços somente deve ser exigida quando imprescindível, devendo o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

(TCU – Acórdão 15719/2018– Primeira Câmara – Rel. Weder de Oliveira – Processo n. 040.386/2018-0 – Número do Acórdão 15719 – DOU: Ata 44/2018, Primeira Câmara, de 04/12/2018).

14. Conforme o exposto, não há margem à dúvida de que merece reparo a decisão proferida por essa ilustre Comissão de Licitação acerca da inabilitação da presente Recorrente, de forma que a esta e outras licitantes seja possibilitada a apresentação da declaração de conhecimento do objeto licitado, conforme o amparo da Constituição Federal de 1988, a Lei 8.666/93, e as jurisprudências acima transcritas.

III – DOS REQUERIMENTOS

15. Em face das razões expostas, a requerente **KANOVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** espera deste mui digno Pregoeiro o acolhimento e provimento da presente Recurso Administrativo, no sentido de que seja **reformada a decisão que inabilitou esta recorrente para a participação do Edital de Tomada de Preços n.**



009/2021, para o fim de que seja a presente recorrente devidamente habilitada para participar do certame.

Termos em que pede deferimento,
Natal/RN, 24 de novembro de 2021



ADRIANO DE MEDEIROS IGLÉSIAS
Sócio Administrador
CPF n. 011.688.724-99